

DESIIS no HABEAS CORPUS Nº 485.752 - PR (2018/0342336-9)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
REQUERENTE : ALEXSANDRO BALBINO BALBUENA (PRESO)
ADVOGADOS : WILLIANA NOGUEIRA ESTRELA - PE016197
BRUNO HENRIQUE NOGUEIRA FRANCO - PR062324
REQUERIDO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de ALEXSANDRO BALBINO BALBUENA contra decisão proferida pelo Relator, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Consta dos autos que o Colegiado de Juízes da Seção de Execução Penal de Catanduvas/PR autorizou a permanência do sentenciado na Penitenciária Federal de Catanduvas.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* no TRF/4ª Região, tendo sido, por decisão monocrática do Relator, indeferida liminarmente a ordem, sob fundamento de inadequação da via eleita (e-STJ fls. 101/102).

No presente *writ*, os impetrantes alegam que "Antes de ser implantado no SPF, o Paciente já apresentava sérios problemas de saúde, conforme se observa da petição e dos documentos em anexo ao evento 22 (LAUD02 e OUT4) do ITEEP nº 5034322-36.2015.4.04.7000/PR (Chave do Processo: 448997167915). Ao invés de melhorar, o quadro de saúde do Paciente vem se agravando ainda mais e de forma extremamente rápida. Para comprovar, nos eventos 216 e 217 do ITEEP nº 5034322-36.2015.4.04.7000/PR (Chave do Processo: 448997167915), datado de 07/03/2018, há informações da Direção da Penitenciária Federal de Catanduvas, bem como do responsável pelo setor da saúde da unidade, sobre as críticas condições de saúde do Paciente. As referidas informações comprovam que o Paciente tem cardiopatia grave, atestada por laudo de profissional da cardiologia, e que necessita de acompanhamento e tratamento contínuo, os

quais são impossíveis de serem disponibilizados em quaisquer unidades prisionais do SPF" (e-STJ fls. 1/2).

Afirmam que "o setor responsável do DEPEN relatou que não tem condições em seu aparato clínico para tratar o Paciente em nenhum presídio do SPF, razão pela qual recomenda o seu retorno ao sistema prisional de origem" (e-STJ fl. 4).

Asseveram que "O Ministério Público Federal, por seus representantes legais, ao tomar conhecimento da delicada situação de saúde do Paciente, mais especificamente no evento 29 da Petição Administrativa autuada sob o nº 5033795-79.2018.4.04.7000/PR(Chave do Processo 390293174218), forneceu parecer totalmente favorável ao seu retorno ao estado de origem, porquanto impossível sua permanência no SPF" (e-STJ fl. 8).

Dizem que "o Juiz responsável pelo ITEEP foi provocado a se manifestar sobre o tema, ocasião em que deixou de apreciar, remetendo os autos ao Juiz Corregedor, em sua decisão, por entender que ele é quem seria o competente para decidir sobre o tema (evento 271 do ITEEP nº 5034322-36.2015.4.04.7000/PR, Chave do Processo: 448997167915)" (e-STJ fl. 10).

Aduzem que "No entanto, desde 01/12 não há deliberação por parte do Juiz Corregedor, em que pese a extrema urgência/excepcionalidade que o caso exige" (e-STJ fl. 11).

Requerem, assim, liminarmente e no mérito, seja determinado o retorno do sentenciado para o sistema prisional de origem, a fim de facilitar o tratamento adequado de que necessita. Subsidiariamente postula seja ordenado que o Juiz Corregedor decida sobre o tema, antes do recesso do final de ano ou sem sede de plantão.

Liminar deferida em parte para "determinar ao Juiz Corregedor que promova, com brevidade, a apreciação do tema em questão, considerando a gravidade do estado de saúde do paciente, situação que requer providências

urgentes, conforme, aliás, já ressaltado pelo Juízo da Execução Penal" (e-STJ fls. 106/108).

Informações prestadas pelo Juízo da Seção de Execução Penal de Catanduvas/PR (e-STJ fls. 113/118).

O Ministério Público Federal opina pela prejudicialidade do *writ* (e-STJ fls. 122/123).

À fl. 127 e-STJ, os impetrante requerem a desistência do feito.

É o relatório. **Decido.**

Por intermédio da Petição n. 00062225/2019 (e-STJ fl. 127), os impetrantes requerem a **desistência** do presente *mandamus*, em virtude da perda de objeto.

Assim, para que produza efeitos legais e jurídicos, **homologo o pedido de desistência formulado**, declarando extinto o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Sem recurso, arquivem-se os autos

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator